

**CEDI**

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSPCLASS. : VA R 01303capaDATA : 12 01 90PG. : A-11

## Tuma nega na Justiça ter acordo com garimpo

O diretor-geral da PF, Romeu Tuma, se apresentou à Justiça e disse que "não há acordo" para assentamento de garimpeiros na área ianomami em Roraima. Afirmou não ser "insano" de contrariar a li-

minar que determina a retirada de garimpeiros. O procurador Eugênio Aragão pediu anteontem a prisão de Tuma por "desobediência". Cresce a tensão entre garimpeiros e a PF em Boa Vista. PÁG. A-11

# Tuma recua e nega acordo com os garimpeiros

## Pingue-pongue

### 'Ianomami podem ser dizimados'

Do enviado especial a Roraima

O administrador regional da Funai em Boa Vista, José Maria Nascimento, deixou seu cargo de confiança dentro da Funai, onde ainda continua trabalhando. Ele discorda da consideração, por parte do Ministério da Justiça, de que a reserva se constitui de 19 "ilhas" que somam 2 milhões de hectares, e não a área contínua de 9 milhões de hectares na qual se baseou a Justiça para determinar a retirada dos garimpeiros.

Folha — Por que o sr. pediu à direção da Funai para sair do cargo de confiança que ocupava em Boa Vista?

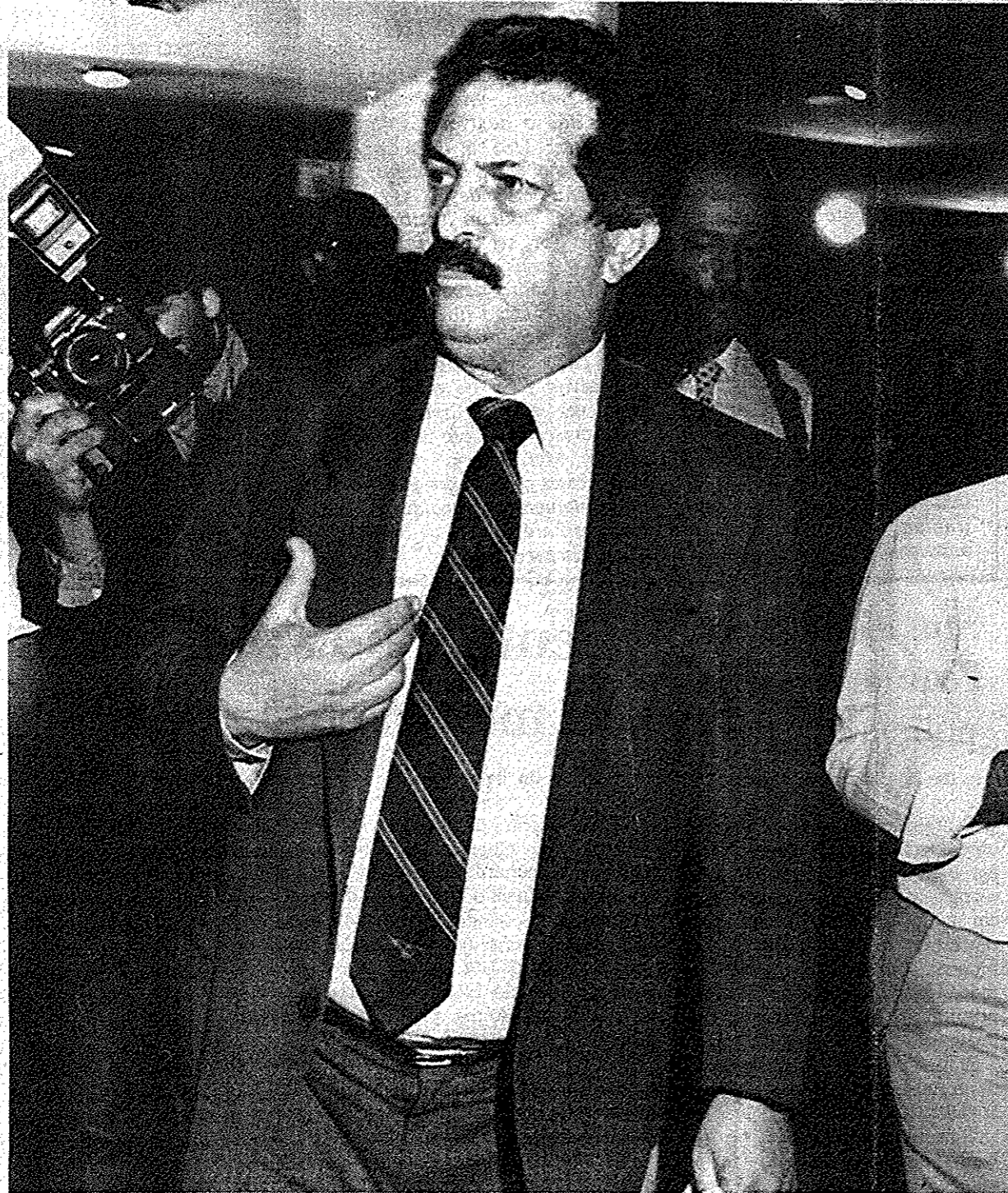
José Maria Nascimento — Fiz isso por não concordar com a divisão da área ianomami em 19 "ilhas", contra a liminar da Justiça.

Folha — O que acontecerá aos ianomami com essa mudança?

Nascimento — O processo de agressão aos índios continuará igual. Será difícil fiscalizar se os garimpeiros estarão se mantendo dentro das áreas de reserva de garimpo.

Folha — Aonde essa situação pode chegar?

Nascimento — Com a continuidade da desnutrição que vêm sofrendo e da malária que estão contraindo, os ianomami correm risco de ser dizimados.



O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, fala à imprensa no Ministério da Justiça sobre o caso ianomami

Da Sucursal de Brasília

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), delegado Romeu Tuma, disse ontem em Brasília que "não há nenhum acordo" de assentamento de garimpeiros em terras indígenas ianomami, no noroeste de Roraima. Segundo ele, existem apenas "conversas" entre o governo e os garimpeiros para uma "solução definitiva da questão". Tuma afirmou que "não seria insano" de contrariar a liminar da Justiça que determina a retirada imediata dos garimpeiros da região. Disse que esteve em Roraima como "válvula de escape" da "panela de pressão" em que o Território se transformou com a operação.

As declarações de Tuma representam um recuo do governo diante das reações da Justiça e do Ministério Público contra o acordo ilegal proposto pelo Executivo aos garimpeiros. Anteontem, o procurador Eugênio Aragão pediu na Justiça a prisão em flagrante do diretor-geral da PF, por "desobediência à ordem judicial", em função dos termos do acordo proposto. O governo comprometeu-se a assentar os garimpeiros em três áreas dentro do território ianomami, que tem 9,4 milhões de hectares, segundo a liminar da Justiça. O juiz João Batista Coelho Aguiar, da Sétima Vara Federal, deu ontem um prazo de 72 horas para que Tuma se explique por escrito sobre o acordo com os garimpeiros.

O delegado foi ontem ao juiz para evitar a embaraçosa intimação de um oficial da Justiça em sua casa. Ele está "magoado" com os termos usados pelo procurador na ação cautelar enviada à Justiça. Tuma disse que em 35 anos de polícia, nunca desrespei-

rou uma ordem judicial. Ele reconhece que o assentamento dos garimpeiros nas áreas propostas contraria a liminar da Justiça. Tuma disse que o governo vai buscar alguma forma de suspensão da liminar, antes de acertar o acordo com os garimpeiros. O delegado quer convencer a Justiça de que o acordo é correto.

Esse reconhecimento da "ilegalidade" do acordo difere da postura adotada pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos, o coordenador da operação ianomami. Ramos insiste em dizer que o acordo é legal, ignorando a liminar que ordena a evacuação da área. O ministro disse ontem, após uma audiência com o presidente José Sarney, que vai fazer o possível "para tornar lícita a presença dos garimpeiros na floresta nacional", depois de eles terem sido retirados da reserva indígena. O governo deve baixar um decreto regulamentando a presença dos garimpeiros na região.

Antes disso, porém, terá que derrubar a liminar concedida em 20 de outubro de 89 pelo juiz Novelty Reis. O governo delimitou ontem os contornos das áreas que estão sendo propostas. Elas somam 500 mil hectares e distam entre 8 km e 12 km dos núcleos indígenas. Os próprios encarregados da demarcação reconhecem que seria impossível conter o avanço dos garimpeiros além dos limites. Saulo Ramos disse que a garantia dos índios é "responsabilidade do próximo governo".

Tuma afirmou que uma das exigências dos garimpeiros para a retirada é o cadastramento das áreas onde trabalhavam. Segundo ele, os garimpeiros temem que as áreas desocupadas sejam exploradas por multinacionais.

## Aumenta tensão entre garimpeiros e a polícia

OLYMPIO BARBANTI JR. Enviado especial a Roraima

Aumentou a tensão entre garimpeiros e a Polícia Federal em Boa Vista. O clima havia arrefecido depois de assinado o acordo de criação de reservas garimpeiras. Com a contestação do acordo pelo Ministério Público, os responsáveis pelos órgãos envolvidos na operação de retirada dos garimpeiros — Funai, PF, Ibama e governo de Roraima — tiveram ontem um dia descontraído, com muitas conversas a portas fechadas. Um oficial-superior do Serviço de In-

formações do Exército começou a participar das reuniões. A PF não sabia informar, no final da tarde, se os garimpeiros já estão deixando as áreas indígenas. O líder dos garimpeiros, José Altunio Machado, disse à imprensa que "com pressão, não sei ninguém". Ele se referia à possibilidade de a Justiça determinar uma mudança no acordo feito na última terça-feira com o governo, que dá aos garimpeiros áreas que a Justiça considera "reservas indígenas".

A tensão aumentou também porque a Polícia Federal começou a cruzar informações sobre garimpo e tráfico de drogas. Os dados sobre o narcotráfico em Roraima não são novos. O Território serve como um entreposto e ponto de apoio aos vãos que

cruzam a selva transportando pasta de cocaína, maconha e cocaína refinada. Segundo a PF, há plantações de maconha e laboratórios de refino de cocaína na Guiana, próximo à fronteira brasileira. A pasta de cocaína é encontrada com facilidade em Boa Vista. A PF acredita que alguns pontos de garimpo sirvam para acobertar o tráfico.

Na próxima semana, a PF irá a três pistas de garimpo escolhidas como prioritárias para desocupação. Elas são "Caveira 1", "Caveira 2" e "Baiano Formiga". Nesta última, a PF espera encontrar resistência, porque ali existem alguns foragidos da Justiça. As três pistas deverão ser dinamitadas para impedir sua reutilização.

O jornalista OLYMPIO BARBANTI JR. vive sob o patrocínio do Vórig.

## Procuradores têm autonomia

Da Sucursal de Brasília

A tarefa de "defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas" foi atribuída ao Ministério Público pela Constituição de 1988 — a mesma que conferiu à instituição um grau de autonomia inédito na história do país. Foi com base nessa determinação que o sub-procurador-geral Carlos Victor Muzzi acionou a Justiça Federal para retirar os garimpeiros da área dos ianomami, conseguindo uma liminar em 20 de outubro. A falta de cumprimento da decisão, o Ministério Público voltou a carga através do procurador Eugênio Aragão, que chegou a pedir, nesta quarta-feira, a prisão do delegado Romeu Tuma.

Disputas judiciais com o go-

verno são rotina na vida do Ministério Público, ao qual compete zelar pelo respeito do Poder Público aos direitos assegurados na Constituição, bem como defender os interesses coletivos da sociedade — coisas como a proteção do patrimônio público, do meio ambiente e dos consumidores. Foi assim, por exemplo, na polêmica sobre o reajuste das mensalidades escolares depois do "Plano Verão".

O trabalho dos procuradores é acionar a Justiça sempre que constatarem alguma ilegalidade. Para isso, o Ministério Público conta com autonomia funcional e administrativa. A nova Constituição também criou a Advocacia Geral da União, para defender atos e interesses do governo, ainda não implantada.

## Vários ianomami correm risco de vida

Do enviado especial a Roraima

A coordenação do programa de saúde para os ianomami divulgou ontem os primeiros resultados dos exames e testes feitos nos índios entre os dias 3 e 10 deste mês. Segundo o médico Marcos Guimarães, a situação é grave com vários índios correndo risco de vida.

A equipe da Fundação Nacional do Índio, auxiliada por técnicos da Superintendência Nacional de Controle de Endemias analisou clinicamente 911 índios em quatro áreas. Na de Surucucu, foram visitadas quatro malocas; na de Paapiu, quatro; na do Alto Mucajai, três; e na região do Baixo Muvaajai, mais três malocas. Das análises feitas em 387 índios sob suspeita de terem contraído malária, 91 deram resultado positivo.

Desses índios com malária, 66 contraíram a doença com o plasmódio falso-paro, que pode levar à morte. 25 ianomami estavam com a malária do tipo Vivax, que mais facilmente causa a morte, disse Oneron Pithan, médico da Funai.

Segundo Guimarães, a maior parte dos índios com malária estava perto de áreas de garimpo. O médico disse, no entanto, que essa proximidade não é a única causa de transmissão. "Os ianomami andam muito e visitam outras aldeias; podendo transmitir malária para áreas distantes de garimpo". Outro dado alarmante, segundo Pithan, é que foram encontrados 76 índios com desnutrição grave e 48 com infecções respiratórias agudas.

## Governador do PI nomeia filha para chefiar Secretaria

Do correspondente em Teresina

O governador do Piauí, Alberto Silva (PMDB), nomeou ontem sua filha Susana Silva para a Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos do governo do Estado. É quarta nomeação feita por Silva para cargos na administração direta beneficiando seus filhos e genros.

O governador disse que nomeou Susana para o cargo "por sua competência". Ela substituiu o médico Antônio Noronha Filho, que foi exonerado do cargo por apoiar o candidato derrotado do PT à Presidência, Luis Inácio Lula da Silva.

## Garimpo domina Boa Vista como um vírus

Do enviado especial a Roraima

A principal causa da mortalidade em Boa Vista, até 1987, eram as doenças infecciosas. A partir de 1988, os homicídios ascenderam ao primeiro posto. Em segundo lugar vêm as mortes em acidentes de trânsito. Esses dois fatores de mortalidade na capital de Roraima estão diretamente ligados a um fator externo que dominou a sociedade como um vírus: o garimpo.

Em Roraima, quem tem um olho, é garimpeiro. Não que a visão confira inteligência, mas sim a esperteza de enriquecimento rápido, uma disposição indissociável da ganância. O garimpo faz rica uma parcela identificável da sociedade. São os proprietários de lavras de garimpo, os

comerciantes de ouro, os de materiais para garimpo e os aviadores. A sociedade como um todo paga o preço. A maioria dos garimpeiros acaba tão miserável quanto entrou no garimpo, além de encontrar a doença e, muitas vezes, a morte.

Um policial federal que mora em Boa Vista há pouco mais de dois anos disse que andava desarmado quando chegou à cidade. Hoje, afirma, não tem segurança em casa e vê mortes constantes nos "bregas", as casas de prostituição da periferia. Esse policial, que não pode ser identificado por orientação da direção da PF, afirma que 98% da média de 20 homicídios que ocorrem mensalmente na cidade são associados ao garimpo.

As histórias que se contam

envolvendo garimpeiros vão do trágico ao cômico. Um garimpeiro chamado "Vando Preto" comprou um carro sem saber dirigir. Ao sair da loja, bateu em outro carro. Pagou o conserto em dinheiro. Mais adiante, bateu novamente o carro, dessa vez em um posto, e ali o abandonou. Coisas desse tipo ocorrem com os garimpeiros "bamburrados", os que encontram um bom veio de ouro. Eles "torram" o dinheiro na cidade.

Um problema apontado pelos antigos habitantes de Boa Vista é que quase todos os garimpeiros são de fora. Segundo o presidente da União dos Garimpeiros, José Altunio Machado, "70% deles vêm do Maranhão". Eles não têm raízes na cidade. Assim como aparecem, somem.

## Justiça recebe lista dos envolvidos com contratações irregulares do Senado

Da Sucursal de Brasília

A Justiça Federal recebeu quarta-feira a relação dos senadores e ex-senadores envolvidos no escândalo que ficou conhecido como o "trem da alegria" da gráfica do Senado. A lista é encabeçada pelo presidente José Sarney, que era senador pelo PDS em 1984. Em novembro daquele ano, o Senado aprovou uma resolução que permitiu a contratação sem concurso de mil novos funcionários para seu centro gráfico. Muitos dos contratados eram parentes de senadores, como Roseane Sarney, filha do atual presidente da República.

A lista foi enviada à 2ª Vara da Justiça Federal pelo advogado Pedro Calmon, que desde janeiro de 1985 move uma ação popular contra as contratações. No início, a ação era contra o ex-presidente do Senado, Moacyr Dalla, e os beneficiários diretos do "trem". Diante de um recurso interposto por um ex-dirigente da gráfica, o Supremo Tribunal Federal determinou que fossem citados também os outros membros da mesa do Senado e os senadores que aprovaram a resolução. De posse da relação apresentada pelo advogado, a Justiça dará prazo de 20 dias para os senadores e ex-senadores se defenderem.

A seguir, a lista. Atuais senadores: Nelson Carneiro (PMDB-RR), Afonso Camargo (PFB-PR), Carlos Chiarelli (PFL-RS), Alexandre Costa (PFL-MA), Humberto Lucas (PMDB-PB), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Luiz Viana Filho (PMDB-BA), Mauro Borges (PDC-GO), Lourival Baptista (PFL-SE). Ex-senadores: Lomanto Júnior, Edison Barreto, Milton Cabral, Raimundo Gomes de Araripe Parente, José Fragelli, Eunice Michelles, Jorge Kalme, Claudionor Couto, Roriz Reynaldo Galvão Medeiros, Aluísio da Costa Chaves, Gabriel Hermes Filho, Helvécio Nunes de Barros, Almir Santos Pinto, José Luis Albuquerque, José de Souza Martins Filho, Luiz de Souza Cavalcante, José Passos Porto, Moysan Acajaba e Octávio Cardoso.



D. Luciano Mendes de Almeida na coletiva sobre os ianomami, em São Paulo

## D. Luciano critica acordo

Da Sucursal Belo Horizonte

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, criticou ontem o acordo que prevê a transferência dos garimpeiros que invadiram a reserva indígena dos ianomami, em Roraima, para florestas nacionais no próprio Estado. "A ação dos garimpeiros não pode atropelar a sobrevivência de todo um povo."

Para Almeida, "não é justo, e nem razoável, que a população indígena não possa viver em paz em suas próprias terras" e, por isso, disse que tentará de todas as formas intervir a favor dos índios junto ao presidente José Sarney, ao ministro da Justiça, Saulo Ramos, e ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma.

"Tentei durante toda a noite (anteontem) falar com eles, mas não consegui", disse.

O presidente da CNBB afirmou que a medida, adotada até agora pelo governo — um acordo feito entre o governo de Roraima e o governo federal — é inconstitucional e não resolve o problema criado. "Existem um fator de corrupção do governo local" disse, assinalando que "não podemos ser meros espectadores da dizimação de uma tribo".

As 18h, d. Luciano participou de uma entrevista coletiva no Centro Ecumênico de Documentação e Informação, situado em Higienópolis (zona central de São Paulo), promovido por entidades de defesa dos índios, onde foi discutido o acordo dos garimpeiros com o governo federal.